



DESVELANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA A PARTIR DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO PARA O NOVO ENSINO MÉDIO

Marlley Correia de Araújo¹
Mirtes Ribeiro de Lira²

RESUMO

A reestruturação do Ensino Médio, ocorrida pela modificação na Lei de Diretrizes Básicas da Educação em 2017, provocou mudanças contundentes nesta etapa de ensino, tendo sua implementação efetivada em todo território nacional em 2022. A proposta que visa flexibilizar a oferta de disciplinas e diversificar as práticas educacionais, com o intuito de atender ao panorama social, ao mercado de trabalho e a conjuntura tecnológica na qual estamos inseridos, tem recebido críticas e ressalvas a respeito das disparidades com a realidade na formação dos trabalhadores em educação e na infraestrutura das instituições públicas. A educação na perspectiva da inclusão tem ganhado notoriedade no campo das discussões políticas e acadêmicas nos últimos anos, oportunizando acesso e permanência dos estudantes com deficiência nas escolas, permitindo assim que as lacunas historicamente estabelecidas possam ser amenizadas. O que concerne a oferta de escolarização, nesta concepção contemporânea, é importante considerarmos se os documentos norteadores como a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo de Pernambuco - Ensino Médio contemplam, seja nos fundamentos pedagógicos ou na grade curricular, os discentes com deficiência, a fim de garantir uma escola diversa, equitativa e integral. Requisitos esses atendidos no arcabouço teórico dos referenciais consultados, porém não na disponibilidade efetiva de disciplinas que se debruçam ao debate e reflexão sobre o universo do público-alvo da educação inclusiva, nem apontam estratégias pedagógicas específicas que visem o atendimento com qualidade na rede estadual de ensino.

Palavras chave: Educação Inclusiva, Currículo de Pernambuco, Novo Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

O ambiente educacional se viu modificado com a implementação do Novo Ensino Médio com o aumento da carga horária, a inserção de novas disciplinas na grade curricular, as modificações das propostas de estratégias pedagógicas e na escolha dos Itinerários Formativos, pelos estudantes, de acordo com áreas de interesse. Toda esta modificação gerou críticas quanto à rapidez, à escassez em relação ao debate com a comunidade escolar e a dificuldade com a capacitação para os docentes que se viram ministrando disciplinas diferentes de sua formação acadêmica, porém é sabido que o modelo anterior desta modalidade de ensino já não dialogava com a realidade atual de uma sociedade cada vez mais imersa nas informações e com profundas dificuldades em como administrá-las.

¹ Especialista em Educação Especial Inclusiva da Universidade de Pernambuco *campus* Mata Norte, correia.marlley@gmail.com

² Professora orientadora: Pós-doutorado e doutorado em Educação. Universidade de Pernambuco *campus* Mata Norte, mirtes.lira@upe.br



A sociedade contemporânea exige dos integrantes da educação novas posturas e estratégias no atendimento com eficiência às demandas impostas, seja no papel que o docente passou a ter em relação às informações, seja como os educandos têm acesso a elas e como necessitam ser processadas e debatidas nos ambientes educacionais. A verdade é que o formato fixo de disciplinas, a linearidade dos saberes e as práticas pedagógicas tradicionais não contemplam, nem tampouco atendem a necessidade de formação dos estudantes para a dinâmica social na qual estamos inseridos.

Desde a alteração do Novo Ensino Médio a partir da Lei nº 13.415 de 2017, que demudou a Lei de Diretrizes Básicas da Educação – LDB, modificando a estrutura do Ensino Médio, muito se tem debatido sobre sua implementação, que teve início no ano de 2022, apontando principalmente seus desafios defronte à realidade da escola pública. Embora essas dificuldades sejam explícitas algumas vertentes são consideradas um passo importante para a escolarização na modalidade final da educação básica.

Consultaremos os documentos como a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo de Pernambuco - Ensino médio evidenciando seus princípios norteadores, as propostas de estratégias pedagógicas, a oferta de disciplinas e os desafios de sua execução no atendimento aos estudantes com deficiência na educação básica pernambucana.

O Novo Ensino Médio propõe um modelo educacional que amenize as disparidades escola-sociedade possibilitando a participação dos educandos e uma maior diversidade nas práticas pedagógicas, nesse sentido, é importante considerarmos se essas modificações versam um olhar a respeito dos estudantes com deficiência e como elas estão apresentadas na abordagem teórica e prática com a oferta de disciplinas no Currículo de Pernambuco.

No presente estudo serão consultados documentos como a Lei de Diretrizes Básicas da Educação, a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo de Pernambuco - Ensino médio, evidenciando seus princípios norteadores, as estratégias pedagógicas propostas, os desafios para o atendimento aos estudantes com deficiência e a oferta de unidades curriculares que contemplem o debate sobre o universo da educação especial na perspectiva da inclusão.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O NOVO ENSINO MÉDIO

A Educação Inclusiva é uma concepção de ensino contemporânea que busca garantir o acesso e a participação plena de todas e de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, em um ambiente escolar diverso e acolhedor. Esse conceito tem

uma história que remonta ao século XX, quando começou a surgir uma preocupação em relação à exclusão de algumas pessoas no sistema educacional tradicional.

No Brasil, a Educação Inclusiva começou a ser discutida contundentemente a partir dos anos 80, com a mobilização de pais e entidades de pessoas com deficiência, que reivindicavam a inclusão de crianças e adolescentes em espaços escolares. A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante nesse processo, ao estabelecer a educação como um direito de todos, devendo ela ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988 p.123).

Em 1994, a Declaração de Salamanca, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), trouxe uma enorme contribuição à perspectiva da inclusão ao defender que as escolas deveriam acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais apontando em seu artigo 21 que “os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades da criança e não o contrário”.

Em 2008, o governo federal lançou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que reforçou o compromisso do país com a inclusão de todas as pessoas no sistema educacional. Desde então, a Educação Inclusiva tem sido cada vez mais difundida e discutida no território brasileiro, com o incentivo de políticas públicas, o debate sobre a temática e a criação de estratégias visando tornar as escolas inclusivas.

A versão preliminar da BNCC, proposta em 2015, apresentava um capítulo referente à Educação Especial na Perspectiva da Inclusão reforçando a importância da superação das barreiras com direcionamento à acessibilidade arquitetônica, da presença do profissional de apoio e do Atendimento Educacional Especializado, que teria dentre outras atribuições, o estudo de caso, o ensino de LIBRAS, Braille e Soroban, bem como a utilização de tecnologia assistiva (BRASIL, 2015). Em dezembro deste mesmo ano, as escolas puderam discutir sobre esta normatização visando seu aprimoramento e adequação às realidades escolares.

Numa versão revisada, disponibilizada em 2016, o documento não trouxe um capítulo específico que tratasse da temática, mas incorporou a educação inclusiva no campo dos *Princípios e Direitos de Aprendizagem*. Porém, o documento final, homologado em 2018, não se debruçou sobre os assuntos do público-alvo da educação especial. O que nos impulsiona a refletir quais os impactos gerados na elaboração dos Currículos estaduais, especificamente no Currículo de Pernambuco, após a gradativa redução, e por fim, a extinção dos textos que se referiam a Educação Inclusiva na BNCC.



A Base Nacional Comum Curricular é um documento que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades que todos os estudantes da Educação Básica devem desenvolver ao longo de sua trajetória escolar, sendo uma referência para a elaboração dos currículos pelos estados, e tem como objetivo a garantia de uma educação com qualidade para todos os estudantes independentemente de sua origem social ou geográfica, servindo como um instrumento importante na construção de uma educação mais inclusiva, diversa e equitativa, que possa contribuir no desenvolvimento humano e socioeconômico do país (BNCC, 2017).

O Currículo de Pernambuco - Ensino Médio foi construído a partir da promulgação da Lei 13.415/2017, que reformulou a modalidade final da educação básica. O documento utilizou como referências as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e a Base Nacional Comum Curricular e foi realizado com a participação e colaboração de profissionais da educação.

O texto está situado numa compreensão de que ele é “fruto de uma construção coletiva que envolve diversas etapas, instâncias, sujeitos, intenções e finalidades.” e que tem como

eixo norteador o fortalecimento de uma sociedade democrática, igualitária e socialmente justa. Para tanto, adota como princípios orientadores: equidade e excelência, formação integral, educação em direitos humanos e inclusão (Currículo de Pernambuco, 2021 p.18).

Conforme aponta o documento e norteando-se a partir das competências, propostas pela BNCC, o Novo Ensino Médio pretende, mediante a contextualização, dar significado ao conhecimento adquirido no contexto escolar, incentivando o raciocínio, a capacidade de aprender e evitando a compartimentação dos conteúdos por meio da interdisciplinaridade, (PERNAMBUCO, 2021) fatores esses estimulados com a inserção das novas tecnologias, o que exige dos educandos uma formação que vise à obtenção de conhecimentos básicos, a preparação científica e a destreza na utilização dos novos recursos tecnológicos.

O Currículo de Pernambuco, norteado pelo documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e da BNCC define

a educação especial como modalidade não substitutiva à escolarização; elabora o conceito de Atendimento Educacional Especializado – AEE, com enfoque exclusivamente pedagógico, complementar ou suplementar à formação dos estudantes; e define o público-alvo da educação especial como aquele constituído pelos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (PERNAMBUCO, 2021 p.20).

O Currículo de Pernambuco - Ensino Médio sugere dezoito trilhas, distribuídas em cinco Itinerários Formativos: *Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias,*



Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Formação Técnica e Profissional, esta última conta com duas trilhas em modelo de Formação Inicial e Continuada (FIC) que apresenta uma ampliação no tempo pedagógico e um estágio profissional supervisionado.

A distribuição da carga horária varia conforme o ano de ingresso pelos estudantes, dividida entre Formação Geral Básica (FGB), que englobam as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e aos Itinerários Formativos (IF), com unidades curriculares que variam de acordo com as trilhas ofertadas pela instituição, contemplando eletivas, projeto de vida e as de aprofundamento descritas como optativas e obrigatórias.

As disciplinas eletivas visam à ampliação de conhecimento contemplando diversas temáticas, sendo essa a parte do currículo proposta nas escolas, mediante os interesses dos estudantes, em parceria com a Secretaria de Educação Estadual.

A unidade curricular de Projeto de Vida objetiva desenvolver nos estudantes a reflexão e a construção de seu futuro por meio de debates específicos sobre o papel profissional que pretendem desempenhar na sociedade, permitindo que os discentes reflitam a respeito de “sua resiliência em relação às consequências de seus atos, sua autonomia, curiosidade e autogestão, num constante diálogo entre identidade e reconhecimento social” (PERNAMBUCO, p.70) valorizando assim o protagonismo, o autoconhecimento e o acolhimento das diversidades.

As disciplinas de aprofundamento contemplam as obrigatórias e optativas. As unidades curriculares obrigatórias estão anexadas nas trilhas que os estudantes escolhem para percorrer ao longo do Ensino Médio. No primeiro ano, independente das trilhas, são ofertadas as disciplinas de Investigação Científica e Inovação e Tecnologia, cujos interesses de estudos são “estimular a curiosidade científica dos estudantes, provocando-os a questionarem, planejarem, pesquisarem e analisarem dados e fatos” e incentivar o diálogo “com o mundo digital, favorecendo o letramento digital, desenvolvendo um uso ético e consciente das tecnologias” (PERNAMBUCO, p.76). As optativas servem como complemento à formação das trilhas e são escolhidas pela gestão e coordenação das escolas a partir do catálogo presente no currículo.

As disciplinas de aprofundamento estão presentes em todos os Itinerários Formativos, ganhando maior densidade e carga horária a partir do segundo ano, sendo elas a base de referência para o presente estudo, onde serão observados os nomes das unidades curriculares oferecidas, as habilidades a serem desenvolvidas e suas respectivas ementas.



Embora a proposta exponha a participação das escolhas pelos estudantes, a equipe gestora e pedagógica das escolas é quem decidem quais trilhas irão ofertar, e em geral cada instituição, dependendo da quantidade de turmas, oferta entre duas e três trilhas.

PARTINDO PARA UMA DISCUSSÃO

Historicamente o Brasil apresentou desigualdades quanto à oferta, permanência e aprendizagem dos estudantes com deficiência na rede pública de ensino, o que nos concerne atualmente, desenvolver estratégias que amenizem essas disparidades e oportunize um planejamento que reconheça que os objetivos e as necessidades das crianças e adolescentes são diferentes, exigindo assim das educadoras e dos educadores brasileiros o compromisso de trabalhar com o intuito de reverter as exclusões, valorizando as pesquisas e a manutenção de práticas pedagógicas inclusivas.

A partir dos documentos norteadores como a BNCC e o Currículo de Pernambuco é possível constatar que o Novo Ensino Médio apresenta as metas para o processo de escolarização nesta etapa de ensino, desde seu fundamento teórico embasado no desenvolvimento das competências e na concepção da integralidade dos sujeitos, quanto na oferta de disciplinas que contemplam os novos olhares sobre seus integrantes, porém, esses fatores não são capazes de encobrir a realidade das instituições educacionais desde sua infraestrutura, o abandono de iniciativas e políticas públicas de formação específica e continuada para os profissionais da educação.

A primeira constatação que podemos observar, em relação aos processos de inclusão dos estudantes com deficiência, é que a quantidade de profissionais destinados ao atendimento não dão conta da demanda e que, por vezes, esses trabalhadores não tem instrução específica já que a LDB em seu artigo 59 §III não discute sobre os critérios em relação à formação desses profissionais.

Dentre os fatores que colaboram para a evasão dos estudantes com deficiência no Ensino Médio estão as dificuldades, pelo poder público, em ofertar infraestrutura condizente com a legislação, tanto no ambiente escolar quanto no entorno a ele, a escassez de recursos pedagógicos, estratégias didáticas adequadas e Salas de Atendimento Educacional Especializado que geralmente não contam com uma equipe de multiprofissionais.

Outro fator que corrobora com a evasão é o fato da modalidade ter se afastado da ludicidade, ferramenta crucial no desenvolvimento dos seres humanos. Ao pesquisar na BNCC e no Currículo de Pernambuco pelos termos “lúdicos e ludicidades”, constatamos que



na BNCC o termo “ludicidade” aparece no trecho: “da conexão entre racionalidade, sensibilidade, intuição e ludicidade” (BNCC, 2018 p.474) para reforçar a importância do ensino do componente curricular de arte. Nenhum dos enunciados foi encontrado no Currículo de Pernambuco.

Ao compreender a escola como espaço de todas e todos, o Currículo de Pernambuco, no que tange a inclusão dos estudantes com deficiência, orienta as redes públicas do estado a desenvolverem estratégias educacionais específicas, garantindo ações pedagógicas e Atendimento Educacional Especializado/AEE, definindo assim a Educação Especial “como uma modalidade de ensino que transversaliza todas as etapas e modalidades” (PERNAMBUCO, 2021 p.20) além de defender

uma educação libertadora. Uma educação que esteja voltada para a transformação e não para adaptação e conformação das injustiças; para superação da naturalização das desigualdades violentas que vivemos em nível local, nacional e global (PERNAMBUCO, 2021 p.66).

Sobre as iniciativas que promovam a formação continuada dos profissionais, em seu Relatório Anual de Indicadores de 2021, a Secretaria de Educação de Pernambuco apresentou as ações realizadas no âmbito da Educação Inclusiva que buscaram “promover o pleno desenvolvimento de todos os envolvidos neste processo, possibilitando aos estudantes com deficiência acesso a um processo de ensino e aprendizagem de qualidade, oferecendo condições para atuarem de forma eficiente no seu cotidiano” (PERNAMBUCO, 2021 p.48).

A constar foram três formações no âmbito estadual (Ampliação do Programa Pacto pela Inclusão, Monitoramento das Salas de Recursos Multifuncionais e a IV Formação Continuada: Dialogando em Rede) além de quatro ações envolvendo oficinas de LIBRAS, *live* sobre a temática e a participação no Congresso Internacional de Educação na Perspectiva Inclusiva.

No que contempla os estudos sobre acessibilidade, o Currículo de Pernambuco – Ensino Médio propõe a disciplina obrigatória de Direitos Humanos, Acessibilidade e Inclusão como forma de aprofundar os estudos e concepções sobre o “processo de implementação da política, experiências de avanços na inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência” (PERNAMBUCO, 2021 p.439).

Duas outras disciplinas obrigatórias: Diversidade e Comunidade; Projetos Arquitetônicos, e uma optativa, Projetos de Educação no Trânsito, versam a respeito da acessibilidade e a importância da reflexão dos espaços públicos, observando sua localização, segurança e as “relações espaciais e proposição de projetos relacionados à construção das vias de acesso (estradas rurais, vias urbanas e rodoviárias, ciclovias, acessibilidade)” (PERNAMBUCO, 2021 p.371).



Nas proposições das competências a serem desenvolvidas pelos estudantes, a BNCC, aponta a importância de "utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como LIBRAS, e escrita)" (BNCC, 2020 p.9), o Currículo de Pernambuco, menciona a Língua Brasileira de Sinais na área do conhecimento das linguagens e suas tecnologias, campo de estudo cujo interesse consiste no “aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes linguagens em contextos sociais e de trabalho” (PERNAMBUCO, 2021 p. 69).

A disciplina optativa: Som e Segurança Auditiva, presente na trilha de Saúde Coletiva e Qualidade de vida, discorre sobre o estudo da fisiologia do ouvido humano, propondo a investigação de “práticas e ações voltadas para a inclusão e promoção da qualidade de vida dos surdos nas atividades de integração social” (PERNAMBUCO, 2021 p.397).

Os documentos apontam a importância da Língua Brasileira de Sinais para a inclusão, porém nem a BNCC nem o Currículo de Pernambuco mencionam a LIBRAS como sugestão ou oferta de disciplina na grade curricular. No currículo de Pernambuco o tema é mencionado, na área de Linguagens, sugerindo produções visuais e vivências literárias na ementa da disciplina de Poesia de Resistência e de Reexistência, presente como obrigatória na trilha de Identidade e Expressividade e como indicação de optativa em três das quatorze trilhas: Diversidade Cultural e Territórios; MatematizAÇÃO, Design e Criatividade; Juventude, Liberdade e Protagonismo.

Embora muito se debata sobre o acompanhamento do intérprete de LIBRAS para os estudantes surdos, pouco se discute a respeito da importância deste profissional no processo de aquisição da Língua Brasileira de Sinais por todos aqueles que compõem o contexto escolar. É preciso considerar que o estudante surdo está inserido num universo com o qual ele interage constantemente com seus integrantes e não apenas na conjuntura de estudante-informação estabelecido na sala de aula. O que se apresenta como oportunidade, pelo poder público, em disseminar o estudo, e conseqüentemente a tradução e interpretação da LIBRAS, permitindo assim que a inclusão da pessoa com surdez transpasse o aspecto formal, respaldado pela legislação, e ganhe arcabouço prático, possibilitando a diminuição da desigualdade, o acesso à serviços e ao mercado de trabalho.

Compreendemos o conceito de Tecnologia Assistiva, tal como apresentado pelo Comitê de Ajudas e Técnicas (CAT) de 2007, apresentando-a por seu viés de interdisciplinaridade, permeada de “recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços”



que visam a “autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” da pessoa com deficiência (linhas 29-33). O Currículo de Pernambuco ressalta que

as tecnologias digitais de informação e comunicação, além das tecnologias assistivas, favorecem novas situações de aprendizagem, possibilitando ao estudante, por meio de seu uso, acessar e propagar informações que possam servir de ferramentas para o desenvolvimento de competências transversais para a aprendizagem colaborativa, motivando o protagonismo e práticas autorais (PERNAMBUCO, 2021 p.25).

porém não disponibiliza na área do conhecimento de matemática, setor que mais dispõe disciplinas no campo de desenvolvimento de *softwares* e tecnologia, a oferta de unidades curriculares que estimulem a criação e o aperfeiçoamento de tecnologias assistivas nem propostas pedagógicas que incentivem o debate sobre a temática.

Tendo em vista a importância de seus estudos e aprimoramento para diminuir as dificuldades e privações que alguns estudantes sofrem devido suas condições, sejam elas físicas, intelectuais ou sensoriais é que o currículo deveria apresentar debates e disciplinas que pudessem impulsionar a criação de *softwares*, jogos dentre outros recursos computacionais adaptados no intuito de reduzir essas barreiras.

O Organizador Curricular de Sociologia, para o 2º ano, propõe debater as “transformações tecnológicas e mundo do trabalho; inclusão e exclusão pelas tecnologias de jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência”. (PERNAMBUCO, 2021 p.283). Identificando e discutindo assim “os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens” (PERNAMBUCO, 2021 p.283) que estão defrontes a profundas modificações tecnológicas, de relação e de emprego.

A discussão sobre as pessoas com deficiência é mencionada no Organizador Curricular de Educação Física, para o 2º ano, como habilidade específica do componente com o objetivo de

discutir e (re)criar Práticas Corporais de forma consciente e intencional através de explorações e vivências que promovam a inclusão da pessoa com deficiência, de modo a estabelecer relações construtivas, empáticas, éticas e de respeito às diferenças (PERNAMBUCO, 2021 p. 166).

Na trilha de Soluções Ótimas, presente no Itinerário Formativo de Matemática e suas tecnologias, a grade curricular sugere, como optativa, a disciplina de Saúde Coletiva e Qualidade de Vida com o intuito de se debruçar sobre os conceitos da fisiologia da visão humana objetivando a “pesquisa de práticas e ações sociais voltadas para a qualidade de vida dos cegos e inclusão de deficientes visuais nas atividades sociais” (PERNAMBUCO, 2021 p.393). Nesta mesma trilha, a disciplina de Conhecendo as ruas por onde ando, propõe a

observação das vias públicas a fim de analisar diferentes problemas que envolvam a locomoção e a viabilidade do trânsito na “instalação de quebra-molas, faixas de pedestre, semáforos, ciclovias, acesso nas calçadas para cadeirantes, acessibilidade, entre outros” (PERNAMBUCO, 2021 p.377).

O debate voltado para as pessoas com deficiência aparece também com a disciplina optativa: Práticas Corporais e Identidades presente nas Trilhas de Identidades e Expressividades, Juventude, Liberdade e Protagonismo e na trilha de Diversidade Cultural e Territórios cuja ementa discursa sobre a

proposição de ações individuais e/ou coletivas (intervenções sociais e artísticas, projetos, eventos) que valorizem a inclusão, a equidade e o convívio harmônico entre pessoas de diferentes gerações, classes sociais, etnias, raças, religiões, gêneros, sexualidades, tradições, pessoas com deficiência, entre outras, para promoção da democracia e respeito à diversidade (PERNAMBUCO, 2021 p.328).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adequação das escolas do ponto de vista estrutural, profissional e gerencial para o acesso, permanência e escolarização dos indivíduos com deficiência, embora tenha tomado dimensão importante no debate público nas últimas décadas, não reflete uma oferta de educação com universalização e qualidade. É perceptível que o modelo de ensino baseado na transmissão-assimilação com aulas expositivas e a formatação atual dos ambientes escolares pouco desenvolvem o interesse dos estudantes pelo conhecimento e que a complexidade do universo da escolar é algo que carece da participação de todos nas mais diversas instâncias.

Estamos defrontes a uma sociedade mais exigente ao domínio do conhecimento e das ferramentas tecnológicas o que exige das educadoras e dos educadores “o dever de confrontar as parcialidades que têm moldado as práticas pedagógicas em nossa sociedade e de criar novas maneiras de saber, estratégias diferentes para partilhar o conhecimento” (hooks, 2017 p.23) coadunando com as realidades individuais para a promoção de uma educação de qualidade, compreendendo que “o saber de hoje não é necessariamente o de ontem nem tampouco o de amanhã. O saber tem historicidade. Nunca é, está sempre sendo” (FREIRE, 2021 p.29).

O Novo Ensino Médio apresenta propostas com desenvolvimentos de projetos, oficinas, cursos e atividades diversas, inserindo um formato dinâmico em relação ao saber, além de valorizar a singularidade e a potencialidade dos estudantes, abrindo portas para uma transformação nas práticas pedagógicas e na valorização da inclusão no ambiente escolar. Porém, no que diz respeito à formação inicial da docência, é importante constatar que as

disciplinas do Novo Ensino Médio não estão conjugadas com a capacitação dos docentes, impactando assim nas ações do magistério.

Defronte dessas premissas, a Educação Inclusiva tem um papel contundente na reestruturação do fazer pedagógico, bem como o de refletir constantemente sobre o exercício da tolerância e que “os diferentes têm o direito de continuar diferentes e o direito de aprender de suas diferenças” (FREIRE, 2021 p.133). Cabendo aos integrantes da educação, sejam eles o poder público ou aos educadores, o compromisso com a formação inicial e continuada precisando

levar em conta princípios de base que os instrumentalizem para a organização do ensino e a gestão da classe, bem como princípios éticos, políticos e filosóficos que permitam a esses profissionais compreenderem o papel deles e da escola frente ao desafio de formar uma nova geração capaz de responder às demandas do nosso século (MANTOAN, 2011 p.141).

O Currículo de Pernambuco - Ensino Médio, embora mencione em seus princípios norteadores a Educação Especial na perspectiva da inclusão apontando sua transversalidade e importância para o acesso e permanência dos discentes na rede estadual de ensino, não propõe disciplinas suficientes distribuídas nas trilhas, nem estratégias pedagógicas que aproximem a realidade dos estudantes com deficiência ao contexto escolar, social e do trabalho.

Das 138 (cento e trinta e oito) disciplinas obrigatórias apenas uma faz referência ao estudo das pessoas com deficiência: Direitos Humanos, Acessibilidade e Inclusão, outras quatro mencionam no campo das habilidades a serem desenvolvidas ou nas ementas das disciplinas (Diversidade e comunidade, Ótica da visão, Projetos arquitetônicos e Poesia de Resistência e de Reexistência). Quanto à oferta das optativas, de um universo de 139 (cento e trinta e nove disciplinas), somente seis fazem menção às pessoas com deficiência.

Observando assim que, embora o Currículo de Pernambuco discorra sobre a importância do debate e a pesquisa para os temas relacionados à inclusão, cerca de quatro por cento das disciplinas obrigatórias e optativas fazem referência ao estudo das temáticas envolvendo o público-alvo da educação inclusiva, além de não estarem presentes em todas as trilhas ofertadas. Caminho este que reflete historicamente como os currículos se debruçaram numa contundente desigualdade na distribuição das disciplinas com as questões que englobam o universo das pessoas com deficiência.

Nesse sentido, é crucial que nos debruçemos constantemente a respeito das alterações legislativas e documentais que se referem ao universo educacional, principalmente o que concerne à Educação Inclusiva, visto que a sociedade caminha a passos lentos na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, competindo aos educadores e pesquisadores o



permanente anúncio e a reflexiva denúncia sobre a realidade, objetivando modificações e melhorias na oferta e permanência das pessoas com deficiência na educação pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União.

_____. **Lei nº 13.415/2017, de 13 de fevereiro de 2017**, Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2015.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2016.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

_____. **Ata da VII Reunião do Comitê de Ajudas Técnicas – CAT**. 2007 disponível em: https://www.assistiva.com.br/Ata_VII_Reuni%C3%A3o_do_Comite_de_Ajudas_T%C3%A9cnicas.pdf Acesso em: 15 de maio de 2023

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 8ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

_____. Paulo. **A sombra desta mangueira**. 14ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017.

LIRA, Mirtes R. (Org.) et alii. **A construção dos direitos da pessoa com deficiência: estudos sobre inclusão educacional pela Universidade de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org) et alii. **O desafio das diferenças nas escolas**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco: Ensino Médio**. Recife, 2021.

PERNAMBUCO. **Relatório Anual de Indicadores 2021**. Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/relatorio-educacao-PE-2022.pdf> Acesso em: 18 de maio de 2023

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994. Salamanca. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394> Acesso em: 20 de março de 2023